

TERMO DE CONTRATO Nº 117/2020

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE JURADOS que entre si celebram a **NITERÓI EMPRESA DE LAZER E TURISMO S/A - NELTUR**, e a **MARIA GLÓRIA RODRIGUES AZELINO**.

Aos 21 (Vinte e um) dias do mês de fevereiro de 2020, por este instrumento a **NITERÓI EMPRESA DE LAZER E TURISMO S/A - NELTUR**, sociedade de economia mista do Município de Niterói, com sede nesta Cidade, à Estrada Leopoldo Fróes, nº 773, São Francisco, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 29.541.968/0001-07, neste ato representada pelo seu **Diretor Presidente**, o Sr. **PAULO ROBERTO VAREJÃO NOVAES**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da carteira de identidade nº 20-20893, expedida pelo CRA/RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº 323.489.757-34 e pelo Diretor Financeiro, o Sr. **SEBASTIÃO CARLOS DONATO**, brasileiro, divorciado, administrador, portador da cédula de identidade nº 81360519-3, expedida pelo DETRAN/RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº 423.328.857-49, ambos residentes e domiciliados nesta Cidade, na forma estatutária, daqui por diante denominada **CONTRATANTE**, e do outro lado a Sra. **MARIA GLÓRIA RODRIGUES AZELINO**, brasileira, portadora da cédula de identidade n.º 003.376.328-5, e inscrita no CPF sob o n.º 547.682.097-34, residente e domiciliada na Rua General Irerio Joffly, n.º 145, bloco 7, casa 02 – Recreio dos Bandeirantes, Rio de Janeiro/RJ, daqui por diante denominado **CONTRATADO/A**, resolvem celebrar o presente **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE JURADOS**, de acordo com o **processo administrativo n.º 500000174/2020** e o **Edital de Chamamento Público n.º 002/2020**, regendo-se pelas normas da Lei n.º 13.303/16 e, subsidiariamente, pela Lei n.º 8.666/93, em especial, pelo artigo 25, parágrafo 1º, assim como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO REGIME DE EXECUÇÃO: O presente contrato tem por objeto a contratação de jurado para a prestação de serviços de apuração no quesito **SUPLENTE**, referente aos Desfiles Carnavalescos da Rua da Conceição, nesta Cidade, que acontecerão nos dias 23, 24 e 25 de fevereiro de 2020.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O/A **CONTRATADO/A** atuará no dia 23 de fevereiro de 2020, devendo comparecer ao local, impreterivelmente, às 17:00 horas.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O/A **CONTRATADO/A** deverá comparecer à Cabine dos Jurados, que estará localizada na Rua da Conceição, nesta Cidade, na (s) data (s) e horário indicados no **PARÁGRAFO PRIMEIRO**.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO: O prazo de vigência do contrato será de 03 (três) dias, contados a partir de 21 de fevereiro de 2020, desde que posterior ou concomitante à data de publicação do extrato deste instrumento no D.O, valendo a data da publicação como termo inicial de vigência, caso posterior à data convencionada nesta cláusula.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE: Constituem obrigações da **CONTRATANTE**:

- a) Realizar os pagamentos devidos ao **CONTRATADO/A**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- b) Fornecer ao **CONTRATADO/A** documentos, informações e demais elementos que possuir, pertinentes à execução do presente contrato;
- c) Exercer a fiscalização do contrato;

- d) Receber provisória e definitivamente o objeto do contrato, nas formas definidas no edital e no contrato;
- e) Fornecer hospedagem, transporte e alimentação ao **CONTRATADO/A**, no período de exercício de suas funções;
- f) Entregar todo material necessário ao desenvolvimento das atividades previstas neste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO/A CONTRATADO/A: Constituem obrigações do/a **CONTRATADO/A:**

- a) Conduzir os serviços de acordo com o Manual dos Jurados e, ainda, com estrita observância do instrumento convocatório;
- b) Prestar os serviços nos dias, horário e endereço constantes da **CLÁUSULA PRIMEIRA;**
- c) Cumprir, impreterivelmente e responsabilizar-se por todos os quesitos do Manual dos Jurados;
- d) Comparecer ao local na Avenida do Desfile, situada na Rua da Conceição, nesta Cidade, impreterivelmente no horário estipulado pela **CONTRATANTE**, onde deverá se apresentar aos Coordenadores;
- e) Permanecer na respectiva Cabine de Julgamento durante todo o tempo de desfile de cada Agremiação, não podendo ter acesso, em hipótese alguma, às áreas externas e em quaisquer outros locais que não a sua respectiva Cabine de julgamento;
- f) É expressamente proibido ao **CONTRATADO/A** ingerir bebida alcoólica um dia antes e durante o exercício de suas funções, de modo que, caso seja detectado, será o/a **CONTRATADO/A** substituído pelo Suplente, sob pena de aplicação das sanções cabíveis;
- g) Deverá, nos dias dos desfiles, usar o crachá de identificação da **CONTRATANTE;**
- h) Não poderá fazer uso de telefones, em hipótese alguma e sob nenhum pretexto, sendo necessário que os aparelhos estejam desligados e lacrados, sob guarda dos Coordenadores;
- i) É vedada a intercomunicação entre os Julgadores;
- j) É expressamente proibido qualquer tipo de comunicação externa ou contato com pessoas que não façam parte da Coordenação de Jurados;
- k) Não transferir os direitos e obrigações decorrentes deste contrato, nem oferecer os direitos dele decorrentes como garantia de qualquer espécie, sem o prévio e expresso consentimento da **CONTRATANTE;**
- a) Responsabilizar-se civil, penal e administrativamente, pelos danos porventura causados a terceiros, ou à própria **CONTRATANTE**, em virtude de dolo ou culpa, na execução direta ou indireta deste contrato; Atuar sempre visando ao pleno e eficiente cumprimento do objeto;
- b) Seguir todas as orientações dadas pela **CONTRATANTE**, através de sua Diretoria de Entretenimento e Lazer e/ou da Empresa gestora do Carnaval;
- c) Suportar os encargos e despesas que, direta ou indiretamente, se relacionem com a execução dos serviços contratados, abrangendo as obrigações trabalhistas e previdenciárias, encargos sociais, tributários e comerciais, e demais obrigações de direito;
- d) Conduzir os serviços de acordo com as normas e as especificações e, ainda, com estrita observância ao instrumento convocatório;
- e) Iniciar e concluir os serviços nos prazos estipulados;
- f) Comunicar ao Fiscal do contrato, por escrito e tão logo constatado, qualquer problema ou impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;

CLÁUSULA QUINTA – DO DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES PELO/A CONTRATADO/A: O descumprimento total ou parcial, por parte do/a **CONTRATADO/A**, de qualquer dos deveres atribuídos, bem como a inobservância das normas estabelecidas no Edital de Chamamento n.º



002/2020, implicará na aplicação das sanções previstas nas Leis n.º 8.666/93 e n.º 13.303/16 e nas legislações afins, no que couber. Estará sujeita também, a suspensão temporária de participar em credenciamentos e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 02 (dois) anos;

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, assim classificados:

Natureza da Despesa: 3.3.3.9.0.27.00.00.00
Fonte de Recurso: 138
Programa de Trabalho: 3.3.3.9.0.27.00.00.00
Nota de Empenho: 217

CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO: O contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas neste contrato, nos termos do Edital e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por comissão de fiscalização de contrato composta por 04 (três) membros do **CONTRATANTE**, sendo 02 (dois) titulares e 02 (dois) substitutos, todos designados pelo Diretor Presidente, conforme ato de nomeação.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A comissão a que se refere o **PARÁGRAFO PRIMEIRO**, sob pena de responsabilidade administrativa, anotará em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para ratificação.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O/A **CONTRATADO/A** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

PARÁGRAFO QUARTO: A instituição e a atuação da fiscalização do serviço objeto do contrato não exclui ou atenua a responsabilidade do/a **CONTRATADO/A**.

PARÁGRAFO QUINTO: O cumprimento da obrigação avençada no presente contrato é de natureza personalíssima, não podendo o/a **CONTRATADO/A** se fazer substituir, exceto nas hipóteses tratadas na **CLÁUSULA SEXTA**.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESPONSABILIDADE: O/A **CONTRATADO/A** é responsável por danos causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Em caso de inadimplência total ou parcial o contrato poderá ser rescindido.

PARÁGRAFO SEGUNDO: No caso do **PARÁGRAFO PRIMEIRO**, será expedida notificação ao/à **CONTRATADO/A** para apresentar prévia defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, para dar início ao procedimento de rescisão contratual e de aplicação da penalidade cabível.

CLÁUSULA NONA – DO VALOR E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: A **CONTRATANTE** deverá pagar o valor total de **R\$ 2.741,82** (dois mil e setecentos e quarenta e um reais e oitenta e dois centavos), pago em parcela única através de cheque nominal ao/à **CONTRATADO/A**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestado pelo (s) agente (s) competente (s).

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo **IPCA (IBGE)** e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido no edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês *pro rata die*.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO: Conforme expressa previsão do artigo 72, da Lei n.º 13.303/16, o presente contrato poderá ser alterado, por acordo entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO: O presente contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da **CONTRATANTE**, pela inexecução total ou parcial do disposto nas cláusulas e condições, sem que caiba ao/à **CONTRATADO/A** direito a indenizações de qualquer espécie.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado ao/à **CONTRATADO/A** o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Na hipótese de rescisão administrativa, além das demais sanções cabíveis, a **CONTRATANTE** poderá:

- a) Reter, a título de compensação, os créditos devidos ao/à **CONTRATADO/A** e cobrar as importâncias recebidas indevidamente;
- b) Cobrar do/a **CONTRATADO/A** multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o saldo reajustado dos serviços não-executados e;
- c) Cobrar indenização suplementar se o prejuízo for superior ao da multa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO RECURSO AO JUDICIÁRIO: As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CONTRATANTE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

PARÁGRAFO ÚNICO: Caso o **CONTRATANTE** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO: Após a assinatura do contrato, seu extrato deverá ser encaminhado para publicação até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao da sua assinatura, podendo a publicação ocorrer em até 20 (vinte) dias desta data, remetendo-se cópia aos seus órgãos de controle interno e externo, conforme o caso.

PARÁGRAFO ÚNICO: O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho e fundamento do ato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO DE ELEIÇÃO: Fica eleito o Foro da Cidade de Niterói, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Niterói, 21 de fevereiro de 2020.

CONTRATANTE:

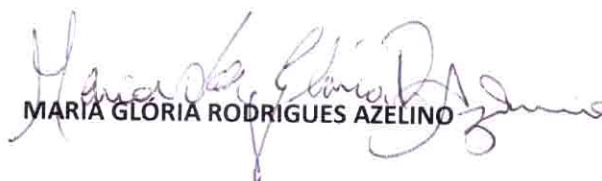


PAULO ROBERTO VAREJÃO NOVAES
Diretor Presidente



SEBASTIÃO CARLOS DONATO
Diretor Financeiro

CONTRATADO/A:



MARIA GLÓRIA RODRIGUES AZELINO

TESTEMUNHAS:

1ª - *Mônica Loureiro*
RG: 88467

CPF: 033753 507 27

2ª - *Rafael G. Nascimento*
RG: 29.534.029 - 0

CPF: 174.463.307 - 08